

## A PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER COMO LOCAL DE PRISÃO DE MULHERES QUE SE INSURGIRAM CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

SIBELE ROSSALES<sup>1</sup>; CARLOS ARTUR GALLO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – sibelerosales@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – galloadv@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O trabalho a ser apresentado é parte da dissertação de mestrado da autora e tem o intuito de compreender em quais circunstâncias ocorreram as prisões das mulheres presas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP) durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e por quê.

Dessa forma, inicialmente busca reconstruir todos os detalhes de sua materialidade e seu funcionamento enquanto local de prisão para presas políticas, ao passo que posteriormente, propõe-se a investigar a existência ou não de medidas tomadas para preservar a memória coletiva quanto ao papel do Madre Pelletier junto ao DOPS/RS e as formas de violência institucional às quais foram submetidas, partindo do pressuposto que o exercício ao direito de memória deve ser exercido como forma de impelir o aparato estatal a realizar uma gestão da “batalha de memórias”, a fim de promover uma consciência social como forma de prevenir que novas situações como esta se repitam.

Por conseguinte, além do presente estudo englobar a temática ditadura e políticas de memória, também passa pela perspectiva de gênero no momento em que nos força a refletirmos quais resistências travaram para serem encarceradas na condição de presas políticas na penitenciária Feminina Madre Pelletier, de forma que utiliza-se como fundamentação teórica Judith Butler e Cristina Scheibe Wolff para abordar a temática do gênero, além de Elizabeth Jelín e Elizabeth Xavier Ferreira para tratar sobre a temática de políticas de memória e locais de memória.

Não obstante, a relevância do estudo tem caráter empírico e social, pois vai além dos poucos trabalhos existentes no campo da história e antropologia, ao propor-se a analisar as prisões políticas dessas mulheres pela ótica do gênero e qual impacto ele exerce dentro de relações de poder, ao passo que busca reconstruir o papel dessas mulheres em um contexto de resistência e clandestinidade frente ao terrorismo de Estado, e como se exerceu a

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Membro do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME). Bolsista da CAPES – Código 001. E-mail: sibelerosales@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9538637864325607>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1670-1093>.

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Brasil), com Estágio Doutoral realizado na Facultad de Ciencias Políticas y Sociología da Universidad Complutense de Madrid (UCM, Espanha). Professor do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, Brasil). Coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME). E-mail: galloadv@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0111-4400>.

domesticação desses corpos por intermédio da violência e da propagação do medo.

## 2. METODOLOGIA

Inicialmente, a metodologia adotada será a pesquisa quantitativa com base na análise documental de documentos oficiais dispostos junto ao Arquivo Nacional, Brasil Nunca Mais, Comissão Nacional da Verdade, Comissão Estadual do Rio Grande do Sul, processos indenizatórios junto ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul e no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, os quais são encontrados de forma on-line, para que seja possível mapear quantas mulheres foram presas ou ameaçadas de serem encarceradas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier por motivos políticos entre o período de 1964 e 1985.

Posteriormente, após a listagem dos nomes, será possível realizar uma pesquisa qualitativa por intermédio de consultas presenciais de documentos que encontram-se junto ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul e Arquivo Histórico, afim de que seja esclarecido sob que circunstâncias essas mulheres foram presas, quais as práticas institucionais do Madre Pelletier e quais as formas de violências a que foram submetidas enquanto presas políticas.

Por fim, buscará entrar em contato com as ex-detentas para realizar entrevistas semi-estruturadas abordando o período em que estiveram presas na PFMP. motivo pelo qual se adota a metodologia da pesquisa semi-estruturada, onde realizará entrevistas com ex presas políticas.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho encontra-se em caráter inicial, onde foi realizado a primeira parte da metodologia, mapeando quantas mulheres foram presas ou ameaçadas de serem encarceradas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier por motivos políticos entre o período de 1964 e 1985.

Dessa forma, ao consultar os documentos oficiais dispostos junto ao Arquivo Nacional, Brasil Nunca Mais, processos indenizatórios junto ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul e no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, os quais são encontrados de forma on-line, foram levantados os seguintes dados:

TABELA 1 - ACERVOS PESQUISADOS E NÚMERO DE EX PRESAS POR REPOSITÓRIO

Acervos	Número de mulheres por lugares de pesquisa
APERS	12
TJRS	1
Arquivo Nacional	6
BNM	2

Fonte: elaboração própria da autora.

Dessa forma, foram encontradas 21 mulheres que passaram pela PFMP durante a ditadura civil-militar brasileira.

#### 4. CONCLUSÕES

Com a realização da primeira etapa da metodologia, foi possível mapear as ex presas políticas que passaram pela Penitenciária Feminina Madre Pelletier, de forma que o próximo passo será realizar uma pesquisa qualitativa por intermédio de consultas presenciais de documentos que encontram-se junto ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul e Arquivo Histórico, a fim de que seja esclarecido sob que circunstâncias essas mulheres foram presas, quais as práticas institucionais do Madre Pelletier e quais as formas de violências a que foram submetidas enquanto presas políticas, onde o material colhido será categorizado e analisado pela ótica do gênero com base no trabalho de Judith Butler e Cristina Scheibe Wolf, além de Elizabeth Jelín e Elizabeth Xavier Ferreira para tratar sobre a temática de políticas de memória e locais de memória, visto que atualmente, a PFMP como um lugar memória, encontra-se em processo de apagamento.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista. Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11062012-145419/publico/2011\\_BrunaSoaresAngottiBatistaDeAndrade\\_VOrig.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11062012-145419/publico/2011_BrunaSoaresAngottiBatistaDeAndrade_VOrig.pdf). Acesso em: 16 de set. de 2023.

ARTUR, Angela Teixeira. As Origens do “Presídio de Mulheres” do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31052012-163121/es.php>. Acesso em: 16 de set. de 2023.

ARTUR, Angela Teixeira. Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e freiras. Tese de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04082017-193834/es.php>. Acesso em: 16 de set. de 2023.

BAUER, Caroline Silveira. Políticas de memória: aproximações conceituais e memórias. In: GALLO, Carlos Arthur (org.) Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul, Rio de Janeiro: oficina Raquel, 2021. BRANCO, Samantha Castelo. História Oral: reflexões sobre aplicações e implicações. Revista Novos Rumos Sociológicos, Pelotas, vol nº 8, nº 13, p. 8 a 27, 10 de julho de 2020.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro. FGV, 1996.

FRANCO, Marina, LEVÍN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. In: FRANCO, Marina, LEVÍN, Florencia (comps.). Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007.

GALLO, Carlos Arthur. O direito à memória e à verdade no Brasil pós-ditadura civilmilitar. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Rio Grande, vol. 2, nº 4, p. 134 a 145, dezembro de 2010. JELÍN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI, 2002.

MEZAROBBA, Glenda. Anistia de 1979: o que restou da lei forjada pelo arbítrio? In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, vol 2, São Paulo: Hucitec, 2009.

JELIN, Elizabeth. Marcar para recordar. Fechas, lugares, archivos. In: La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). Gênero, Feminismos e 13 Ditaduras no Cone Sul. Ed. Mulheres, Florianópolis, 2010.